



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)

Processo: 19615.720761/2019-08

ESTUDO PRELIMINAR

1. OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de Engenharia para fornecimento de mão de obra (um Engenheiro Civil, um Engenheiro Eletricista), com no mínimo três anos de experiência, com dedicação exclusiva (carga horária de 8 horas diurna, totalizando 40 horas semanais, sem previsão de pagamento de hora extra, com possibilidade de deslocamento para as Unidades da 4ª RF, em veículo oficial da Receita Federal, com pagamento de diárias quando houver pernoite fora da Sede da SRRF04, nas situações análogas às previstas no art. 58 da Lei nº 8.112/1990, estimando-se que cada profissional colocado à disposição da Saeng da SRRF04 poderá fazer jus ao recebimento médio mensal de duas diárias por posto, o que corresponde a um total máximo de quarenta e oito diárias, levando-se em conta o tempo de contratação - 12 meses - e o número de postos colocados à disposição da Seção - dois postos).

A atividade a ser contratada será de natureza continuada, já que o período a ser contratado será de 12 meses podendo ser prorrogado por períodos de 24 meses até o limite de 60 meses.

2. MODALIDADE/ TIPO DA LICITAÇÃO:

A contratação de empresa especializada para prestação do serviço, objeto do presente 'Estudos Preliminares', será mediante processo licitatório, na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, haja vista o objeto enquadrar-se no conceito de Serviços de Engenharia Comuns*, sendo o critério de julgamento o Menor Preço Global do Lote, que será composto por dois itens, em Regime de Execução Indireta de Empreitada por Preço Unitário, a qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 (ME/EPP), arts. 10-II-a e 13-I da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.722/01 (Sicaf), Decreto nº 10.024/2019 (Pregão Eletrônico), Decreto nº 8.538/2015 (ME/EPP), Instrução Normativa MPDG/Seges nº 05/2017 (Serviços), Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2010 (Sicaf), Portaria MF nº 507/2014 (Sustentabilidade Socioambiental) e Portaria MPDG nº 443/2018 (Serviços de Execução Indireta).

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 54, DE 25 DE ABRIL DE 2014 (*)*

"COMPETE AO AGENTE OU SETOR TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO DECLARAR QUE O OBJETO LICITATÓRIO É DE NATUREZA COMUM PARA EFEITO DE UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO E DEFINIR SE O OBJETO CORRESPONDE A OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA, SENDO ATRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO JURÍDICO ANALISAR O DEVIDO ENQUADRAMENTO DA MODALIDADE LICITATÓRIA APLICÁVEL."

REFERÊNCIA: Art. 1º, Lei nº 10.520/2002; art. 50, §1º, Lei nº 9.784/1999. Art. 6º, inc. XI, e art. 38, parágrafo único, Lei nº 8.666/1993; Lei nº 5.194/1966.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

() Editada pela Portaria nº AGU nº 124/2014, publicada no DOU I 2/5/2014, p.2-3*

3. DIRETRIZES GERAIS

Lista dos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

1. Lei Complementar nº 123/2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nos. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nos. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

- II. Lei nº 4.950-A/1966** – Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária;
- III. Lei nº 5.194/1966** – Regula o exercício das profissões de Engenharia, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências;
- IV. Lei nº 6.019/1974** – Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências;
- V. Lei nº 8.666/1993** – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- VI. Lei nº 10.520/2002** – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- VII. Decreto-Lei nº 5.452/1943** – Consolidação das Leis do Trabalho-CLT;
- VIII. Decreto nº 3.555/2000** – Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- IX. Decreto nº 3.722/2001** – Regulamenta o art. 34 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf;
- X. Decreto nº 10.024/2019** – Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- XI. Decreto nº 8.538/2015** – Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- XII. Decreto nº 9.507/2018** – Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- XIII. Resolução CONFEA nº 218/1973** – Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
- XIV. Súmula TST nº 331/1993**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

- I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).
- II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).
- III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.
- IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
- V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
- VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

XV - Decisões do TCU: Acórdão 1.521/2016-Plenário (combinado com Acórdão 2.132/2010, Acórdão 2.303/2012 e Acórdão 3.587/2014, todos do Plenário); Acórdão 141/2013-Plenário (c/c Acórdão 250/2002-2ª Câmara); Acórdão 525/2012-Plenário; Acórdão 1.440/2016-Plenário (c/c Acórdão 1.069/2011-Plenário);

XVI - Portaria MPDG nº 443/2018 – Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507/2018.

XVII - Portaria MF nº 507/2014 – Estabelece práticas de sustentabilidade socioambiental a serem observadas pelo extinto Ministério da Fazenda e suas entidades vinculadas quando das compras públicas sustentáveis e dá outras providências;

XVIII. Portaria MF nº 430/2017 – Aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

XIX. Portaria SRRF04 nº 169/2017 – Aprova a Agenda de Obras e Serviços de Engenharia da 4ª Região Fiscal para os anos de 2017 a 2020;

XV. Portaria SRRF04 nº 66/2020 – Designa servidores para compor a Equipe de Planejamento da contratação de serviços de apoio na área de Engenharia;

XVI. IN RFB nº 1.234/2012 – Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços;

XVII. IN SLTI/MPOG nº 5/2014 – Dispõe sobre os procedimentos administrativos básico para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral;

XVIII. IN Seges/MPDG nº 5/2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4. ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR

A contratação em 2018, por conta do seu êxito obtido, foi repetida em 2019, buscando-se melhorar as deficiências detectadas no ano anterior. Portanto, entre os meses de Agosto e Dezembro do ano de 2019, conforme o Contrato SRRF04 nº 05/2019 (processo administrativo nº 19615.720.099/2019-88), firmado entre a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal e a empresa STA. FÉ ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 11.949.783/000170, a SAENG da SRRF04 teve ao seu dispor dois Engenheiros, com dedicação exclusiva de mão de obra (carga horária de 8 horas diurna, totalizando 40 horas semanais), para prestação dos serviços elencados no quadro denominado 'OBJETO' deste Estudo Preliminar.

A experiência mostrou-se exitosa. Dentre os trabalhos realizados pela Equipe Auxiliar contratada, registradas no Processo de Fiscalização de Contrato nº 19615.720515/2019-48, através de Relatórios da Fiscalização do Contrato, destacam-se os seguintes:

- I. Visita Técnica às Unidades de Caruaru e Garanhuns e emissão de Relatórios Técnicos;
- II. Desenvolvimento do Projeto Elétrico (Iluminação, Quadros Elétricos, Alimentadores Verticais, Redes Elétricas Estabilizada e Comum, No-Breaks) para a DRJ/REC;
- III. Atualização do orçamento do Projeto de Sousa e Hall da DRF/REC;
- IV. Elaboração de Projeto Civil de Forro para a DRJ/REC;
- V. Suporte na SAENG à fiscalização dos serviços de: Substituição de Forro de Fibra Mineral no 10º andar da DRJ/REC e à Obra (início) de acessibilidade no Hall da DRF/REC.

No Contrato anterior, houve questionamentos por parte da Contratada no que diz respeito ao pagamento da taxa de registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART's) junto ao CREA/PE. Entendia esta que o pagamento seria reembolsado pela Contratante. Entretanto, a quantidade estimada na Planilha não foi suficiente para cobrir a quantidade realizada.

5. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Necessita-se a contratação a fim de dotar a SAENG de equipe especializada, para o atendimento das ações incluídas no Plano de Engenharia do presente ano e, ainda, o atendimento das obrigações regimentais dessa Seção de Obras.

Isso se deve ao fato da equipe técnica atual da Saeng ser reduzida, composta por 01 Arquiteta, a qual está grávida e tende a se licenciar por ao menos 06 meses em 2020. Ademais, as áreas de Engenharia Civil e Elétrica não são supridas por servidores na 4ª RF.

Embora haja 02 (dois) engenheiros civis em Unidades em outros Estados, as atividades nas suas respectivas sedes e Unidades subordinadas os demandam continuamente. Além disso, está prevista a entrega de prédios alugados e readequação do Edifício-sede, e será necessária a participação de profissionais especializados nessas áreas para viabilizar a execução das obras e serviços.

A Resolução Confea Nº 218, de 29/06/1973 elenca as atividades desempenhadas pelos profissionais da área de Engenharia, sendo esses os detentores da exclusividade do exercício daquelas. Portanto, não há permissão legal para que indivíduos sem a formação, registro no sistema Crea possam exercer atividades ali listadas.

Os Art. 1º e 2º da Resolução Confea Nº 218, de 29/06/1973 definem que tais profissionais têm a competência técnica para a realização de atividades ligadas às obras, reformas e ampliações, que são as atividades que estão previstas de serem executadas nas Unidades da Receita Federal no âmbito da SRRF04 por estes profissionais. Todos prestarão assessoria direta às atividades da Saeng da SRRF04, que priorizará, durante a execução contratual, os serviços classificados pela Administração como os mais prementes e urgentes.

Conforme experiência obtida na contratação ocorrida no último ano - Contrato SRRF04 nº 05/2019 (Processo Administrativo de Fiscalização de Contrato de nº 19615.720515/2019-48), firmado entre a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª RF e a empresa Projeção STA. FÉ ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 11.949.783/0001-70, que tratava da colocação à disposição da Saeng da SRRF04 de dois Engenheiros, com dedicação exclusiva (carga horária de 8 horas diurna, totalizando 40 horas semanais), para assessoramento à Seção – e levando-se em conta os serviços realizados pela Equipe Auxiliar, de acordo com o relatado no quadro denominado ‘Análise de Contratação Anterior’ das ‘Diretrizes Gerais’ deste ‘Estudos Preliminares’, deduz-se que o número de profissionais a serem colocados à disposição da Seção é razoável e necessário, já que sem essa contratação vários serviços ligados às áreas de Engenharia serão postergados, podendo causar sérios prejuízos às Unidades circunscritas pela 4ª RF.

6. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

A contratação ora pretendida está alinhada com o Objetivo Estratégico de ‘Gestão e Suporte’, previsto no Mapa Estratégico da RFB do ciclo 2020-2023, que visa ‘viabilizar recursos e otimizar sua aplicação para suprir as necessidades de infraestrutura e tecnologia’.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A prestação dos serviços dar-se-á pelos profissionais a seguir discriminados, que comporão a Equipe Auxiliar da Saeng da SRRF04, com a observância das atribuições previstas para cada profissional nas normas inerentes ao exercício da profissão, assim como na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme a seguir descrito:

| POSTO | CÓDIGO CBO | DESCRIÇÃO | FORMAÇÃO |
|------------------------|------------|--|-----------------------------------|
| Engenheiro Civil | 2142-05 | Elaboram projetos de engenharia civil, gerenciam obras, controlam a qualidade de empreendimentos. Coordenam a operação e a manutenção dos empreendimentos. Podem prestar consultoria, assistência e assessoria e elaborar pesquisas tecnológicas. | Nível Superior + Registro no CREA |
| Engenheiro Eletricista | 2143-05 | Executam serviços elétricos, eletrônicos e de telecomunicações, analisando propostas técnicas, instalando, configurando e inspecionando sistemas e equipamentos, executando testes e ensaios. Projetam, planejam e especificam sistemas e equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações e elaboram sua documentação técnica, coordenam empreendimentos e estudam processos elétricos, eletrônicos e de | Nível superior + Registro no CREA |

telecomunicações.

Os profissionais deverão ter capacitação no programa de computador Revit para BIM (Building Information Modeling) da Autodesk®. Acaso o profissional não esteja capacitado para usar o referido programa, a empresa terá sessenta dias para capacitá-lo, sem custo para a contratante, a partir da assinatura do contrato, em horários que não interfiram na jornada diária de trabalho, em curso com carga horária mínima de 20 h.

A Equipe Auxiliar da Saeng da SRRF04 prestará seus serviços na cidade do Recife-PE, na sede da SRRF04, com possibilidade de deslocamento para prestação de serviços em quaisquer das Unidades da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal, localizadas nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, em veículo oficial fornecido pelo Órgão.

O objeto da Licitação será distribuído em um único grupo com 02 (dois) itens, conforme a seguir, sendo o critério de julgamento o Menor Preço por grupo, referente a 12 meses de prestação de serviço:

| ITEM | SERVIÇOS | CBO | QUANTIDADE ESTIMADA |
|------------------------------|---|---------|-------------------------------------|
| 01 | Engenheiro Civil – Projetista, suporte técnico à fiscalização de Obras e Projetos | 2142-05 | 1 (UM) posto fixo de serviço |
| 02 | Engenheiro Eletricista – Projetista, suporte técnico à fiscalização de Obras e Projetos | 2143-05 | 1 (UM) posto fixo de serviço |
| Total de Postos Fixos | | | 02 (DOIS) Postos de Serviços |

8. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

Nos termos do subitem 3.6 do Anexo III da IN nº 5/2017, para a estimativa de preços ou a previsão de preços referenciais, devem ser seguidas as diretrizes de normativo publicado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ou seja, a IN nº 5, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

1.2. Conforme a referida IN nº 5/2014, para a realização da pesquisa de preços devem ser seguidos os parâmetros abaixo indicados:

I - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>;

II - contratações similares de outros entes públicos;

III - pesquisa publicada em mídia especializada;

IV - pesquisa com os fornecedores;

OBS: devem ser priorizados os incisos I e II

Desse modo, a realização da Planilha da Administração será realizada em seus dados a média de outros contratos com a Administração Pública, referente ao mesmo ou objeto similar.

Por se tratar de despesa global com valor inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão), a autorização para a contratação deverá ser realizada pelo Sr. Superintendente da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal, nos termos do art. 11-I da Portaria RFB nº 314/2019.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Os profissionais assessorarão a Seção de Obras e Serviços de Engenharia (Saeng) da SRRF04 quanto ao cumprimento de suas competências preceituadas no art. 251 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do extinto Ministério da Fazenda (MF) nº 430/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, Seção 1, página 22, no art. 2º-V da Portaria RFB/Sucor/Copol nº 195/2017,

publicada no BS nº 236, de 13/12/2017, e suas alterações posteriores, e no Plano de Engenharia da RFB para o ano de 2020, Portaria RFB Nº 2.245, de 26/12/2019. As principais atividades a serem executadas serão as seguintes:

- Assessorar a Saeng da SRRF04 nas atividades relacionadas ao levantamento de necessidades de projetos, obras e serviços de Engenharia, aquisições e locações imobiliárias, reparos e conservação de bens imóveis e de instalações prediais, bem como à supervisão e acompanhamento de projetos, obras e serviços de Engenharia no âmbito da 4ª Região Fiscal (RF), que compreende todos os imóveis utilizados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.
- Assessorar a Saeng da SRRF04 nas atividades de prestação de suporte técnico e acompanhamento das iniciativas que constarão no Plano de Engenharia da RFB para o ano de 2020.
- Auxiliar a Saeng da SRRF04 na fiscalização de obras, reformas, reparos e adaptações nos imóveis da RFB na 4ª RF, bem como a fiscalização da elaboração e desenvolvimento de projetos de Arquitetura e complementares de Engenharia;
- Auxiliar a Saeng da SRRF04 na elaboração de pré-projetos, programas de necessidades, cadernos de encargos para elaboração dos projetos de Arquitetura e complementares de Engenharia sob a competência da Saeng;
- Auxiliar a Saeng da SRRF04 na realização de estudos e elaboração dos anexos de editais de licitações relacionados aos serviços de Engenharia e Arquitetura.
- Outros serviços auxiliares de Engenharia e Arquitetura, em apoio às atividades genéricas e eventuais da Saeng da SRRF04, mas sempre de acordo com as atribuições dos Engenheiros e Arquitetos regulamentadas pela Lei nº 5.194/1966, pela Resolução CONFEA nº 218/1973, pela Lei nº 12.378/2010 e pela Resolução CAU-BR nº 21/2012.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Como já explanado neste documento, a Saeng da SRRF04 tem carência de profissionais nas áreas de Engenharia. A realização de parcelamento dos itens para contratação de Engenheiros ocasionaria aumento no número de contratos a serem geridos pela Seção, o que seria um contrassenso, já que cada contrato requer a figura de um 'Gestor de Contrato', pertencente ao quadro de servidores da Seção, o que só aumentaria a demanda e os custos administrativos do Setor.


Outro ponto a ser destacado é o número de profissionais que irão prestar seus serviços à Saeng da SRRF04 (um Engenheiro Civil, um Engenheiro Eletricista). A realização de um grupo com dois itens para escolha da pessoa jurídica para o fornecimento de mão de obra de dois profissionais gera maior atratividade, por conta da possibilidade de maior ganho para o fornecedor dos serviços e, por conta disso, aumento na competitividade.

Registre-se que, de acordo com o estabelecido no Acórdão do TCU 1620/2010, deve ser realizada uma única licitação para contratação de serviços de mesma natureza. O salário dos Engenheiros têm salários-base iguais.

11. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos em Termos de Economicidade

A Receita Federal tem seu próprio Quadro de Pessoal, composto pela Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil (art. 5º da Lei nº 13.464/2017), formada pelos cargos de nível superior de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil, com as atribuições preceituadas no art. 6º da Lei nº 10.593/2002, regulamentada pelo Decreto nº 6.641/2008, sendo que nenhuma dessas atribuições cuida das atividades técnicas desenvolvidas por Engenheiros, que se pretende contratar.

Através do art. 269 da Lei nº 11.907/2009, foram criados 40 cargos de Engenheiro, no Quadro de Pessoal do extinto Ministério da Fazenda (hoje, Ministério da Economia, conforme Medida Provisória nº 870/2019). Desde a criação dos cargos, só houve um concurso público para provimento de cargos. Neste concurso público, por razões



alheias à vontade da Administração, a SRRF04, mais precisamente a Saeng, foi contemplada com apenas uma Arquiteta, número insuficiente para conduzir os trabalhos da Seção. Dessa forma, servidores do Quadro de Pessoal da RFB, com perfis e conhecimentos que se encaixam nas áreas de Arquitetura e Engenharia, são, muitas vezes, aproveitados na execução das atribuições e competências preceituadas no Regimento Interno da RFB, relacionadas ao Plano de Engenharia e Agenda de Obras e Serviços da 4ª RF.

A contratação em questão permitirá que servidores de Carreira da RFB, eventualmente alocados aos serviços da área de Obras e Serviços de Engenharia, sejam liberados para as atividades fins do Órgão, resultando em um melhor aproveitamento dos recursos humanos.

Pretende-se neste processo licitatório a realização de certame unificado para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de Engenharia, para fornecimento de mão de obra (um Engenheiro Civil, e um engenheiro Eletricista) com dedicação exclusiva, cujo objetivo principal será assessorar a Saeng da SRRF04. O maior volume de serviços a ser contratado será favorável ao interesse público, pois atrairá maior número de interessados, fazendo com que a proposta vencedora seja mais vantajosa no que diz respeito ao custo da contratação.

Importante frisar que a contratação, em termos de melhor aproveitamento material, trará a possibilidade de benfeitorias aos prédios das Unidades da 4ª RF, repercutindo num melhor ambiente de trabalho e de atendimento ao público, evitando-se a deterioração do patrimônio público, com a consequente redução de custos administrativos com locação de imóveis. A propósito, nos termos da Portaria RFB nº 1.749/2016 (Boletim de Serviço nº 213, de 28/12/2016), busca-se com a contratação em pauta, cumprir na 4ª RF o Objetivo Estratégico 'Viabilizar recursos e otimizar sua aplicação para suprir as necessidades de infraestrutura e tecnologia', e mais especificamente atender ao Indicador Estratégico 'Nível de Adequação Imobiliária – NAI', cuja finalidade é verificar a padronização das instalações físicas das Unidades da RFB, com periodicidade de mensuração, metas e periodicidade de avaliação de desempenho semestrais, sob o controle da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor).

12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

A Saeng da SRRF04 já dispõe de ambiente físico adequado para o recebimento dos dois profissionais, inclusive com equipamentos de informática condizentes com o trabalho a ser realizado pelos mesmos, não havendo necessidade de adaptações do ambiente para o recebimento dos profissionais.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A SRRF04 não possui, na atualidade, nenhuma outra contratação que tenha alguma relação ao contrato que se deseja implementar, conforme o presente estudo preliminar.

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 5/2017, da Secretaria de Gestão do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a contratação proposta.

(datado e assinado digitalmente)

Everton Sampaio de Menezes
Matrícula SIAPECAD: 14911085

Fabiana Santos Bruno
Matrícula SIAPECAD: 1974317

18. APROVAÇÃO DO REQUISITANTE

O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que aprovo a aquisição proposta.

(datado e assinado digitalmente)

Gabriela Moreira de Melo e Silva
Matrícula SIAPE: 1799871

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Nome: José Honorato de Souza

Matrícula/SIAPE: 6119595

O presente planejamento está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas da SRRF/04. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área responsável priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que autorizo a aquisição proposta.

(datado e assinado digitalmente)

José Honorato de Souza
Superintendente Adjunto SRRF04
Portaria de Delegação de Competência SRRF nº 556/2017



Receita Federal

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Secretaria da Receita Federal do Brasil garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001

Histórico de atividades sobre o documento:

Documento assinado digitalmente por:

EVERTON SAMPAIO DE MENEZES em 17/02/2020, FABIANA SANTOS BRUNO em 17/02/2020.

Confira o documento original pelo Smartphone conectado à Internet:



Dúvida? Acesse

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/qrcode.xhtml>

Confira o documento original pela Internet:

a) Acesse o endereço:

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>

b) Digite o código abaixo:

AP17.0220.13440.7026

Código Hash obtido através do algoritmo SHA-256:

0EhXVzc7HHm74i0OQelxaSRhqNDqK7GfVxs4kYXBL8U=